

PLENÁRIA NACIONAL DA FENASPS APROVA GREVE POR TEMPO INDETERMINADO

A Plenária Nacional da FENASPS realizada no dia 07 de junho de 2009, no teatro do SENAC, localizado na 903 Sul, em Brasília, com a participação de 102 delegados e 56 observadores com representação dos estados de SC - DF - MT - AM - BA - RJ - MG - PA - SE - PI - ES - CE - PR - SP - RN - MS - PB - RS - PA aprovou greve por tempo indeterminado no Seguro Social a partir do dia 16/06/09.

1. A PARTIR DA REALIZAÇÃO DESTA PLENÁRIA FICA APROVADO INICIAR ESTADO DE GREVE NO SEGURO SOCIAL E GREVE POR TEMPO INDETERMINADO A PARTIR DO DIA 16/06.

Eixos Centrais da Greve do INSS:

- **Manutenção da jornada de 30 horas de trabalho sem redução de salário!**
- **Incorporação da GDASS aos salários**

Demais questões que farão parte da pauta de reivindicações da categoria:

- Contratação dos aprovados no Concurso Público para repor o quadro de pessoal defasado em 20.000 trabalhadores;
- Equiparação de salários para as mesmas atribuições;
- Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas;
- Reestruturação das Carreiras e Incorporação das Gratificações;
- Melhores Condições de Trabalho;
- Contra o Assédio Moral;
- Isonomia no vale-refeição e no auxílio-creche com as demais carreiras do Legislativo e Judiciário além de isonomia nos valores pagos devido à insalubridade;
- Retorno imediato dos servidores fixados da PGFN ao INSS, não a fusão das procuradorias nos Estados a PGF/AGU;

2. OUTRAS RESOLUÇÕES APROVADAS:

1. A Plenária orienta mobilização nacional na Seguridade Social para a construção de Greve na Seguridade Social - Saúde - Trabalho e FUNASA;
2. Realização do Encontro Nacional do SUS - Fortalecimento da luta da Seguridade Social;
3. Realização de Plenária de Saúde Federal para posterior realizar Encontro Nacional da Seguridade Social;
4. Mobilização Nacional na Seguridade Social para a construção de Greve;
5. Que a FENASPS e os sindicatos estaduais iniciem o debate nos conselhos deliberativos e regionais o custeio para o plano de saúde 2010 que se inicia a partir de julho de 2009; (seguirá relatório dos conselheiros posteriormente);
6. Participação dos trabalhadores do Seguro e Seguridade Social no Ato Nacional Unificado contra o PLP 92/2007 que será realizado no dia 17 de junho;
7. Não assinatura do Termo de Opção para a jornada de 30 horas, com redução salarial;
8. Assinatura de Ponto Paralelo;
9. Requerimento ao Ministério da Previdência solicitando fundamentação legal da discriminação aos níveis de acesso à internet entre os servidores da Previdência;
10. Que seja registrado em ata a prorrogação do mandato da direção da FENASPS até a realização do próximo CONFENASPS;

11. Reafirmar a Proposta de Carreira da FENASPS apresentadas em 2005, após as readequações;

3. ORIENTAÇÕES JURÍDICAS:

Encaminhar orientação a todos os Sindicatos Estaduais para analisarem com as assessorias jurídicas a desistência temporária das ações que ingressaram na Justiça contra Aumento referentes à Jornada de Trabalho, adiando para outro momento a tramitação das mesmas a fim de evitar que o resultado (negativo ou positivo) tenha incidência direta na mobilização e na greve dos trabalhadores.

4. XIV CONFENASPS

A FENASPS orienta que os sindicatos continuem tirando Delegados para o Congresso Nacional a ser realizado nos dias 30 e 31 de julho, 01 e 02 de agosto, em Brasília e convocará Plenária Nacional até 28 de junho devido os prazos e revisão da data no contrato do local do evento, além de discutir a situação em relação à manutenção do congresso no período de Greve.

5. DELIBERAÇÕES DO ENCONTRO NACIONAL DO INSS APROVADAS NA PLENÁRIA:

1. Articular a construção de uma forte Campanha em torno de uma CPI do INSS, com outdoors, cartazes, coleta de assinaturas da população e ação forte no Congresso Nacional pela CPI, bem como pelo fim do fator previdenciário e da alta programada;
2. Padronizar formulários dos modelos, a serem remetidos aos estados, das pautas de coleta de assinaturas da CPI, carta à população e outras;
3. Argumentações a serem usadas nos matérias de divulgação da Greve:
 - a) Ligar o aumento da jornada a questão da necessidade de concurso publico frente ao aumento do desemprego com a crise capitalista e a necessidade de redução da jornada de trabalho para todos os trabalhadores;
 - b) Denuncia de que a produtividade se traduz em indeferimentos de benefícios e redução de nossos salários, ligando a questão com a dos milhões de trabalhadores que recebem por comissão e adocem face às condições de trabalho.
4. Comunicar ao governo que devido à greve da categoria não indicará representação no Comitê Gestor Nacional de Avaliação de Desempenho, orientando os estados a instruir suas bases quanto a não participação dos trabalhadores nas Comissões de Avaliação de Desempenho nas Gerências Regionais e Executivas;
5. Buscar construir unidade com vários setores para garantir a greve: Conlutas, Intersindical, MST e outros;
6. Reforçar a necessidade de inteiração dos Comandos Estaduais com o Comando Nacional para que possamos criar ações unitárias e coordenadas afins de fortalecimento da Greve. Que os **estados em greve** elejam seus representantes para estarem no Comando Nacional a partir do dia 16 de junho/09;
7. A FENASPS apresentou emendas no PLP Nº. 5.245, de 2009, para assegurar reabertura do Prazo de Opção para todos os integrantes da Carreira do Seguro e Seguridade Social, uma vez que o governo Lula vetou as emendas aprovadas pelo Congresso Nacional na lei 11.907/09. A FENASPS orienta reforçar a luta pela reabertura da carreira para aqueles que não optaram;
8. Sobre a Procuradoria: garantir direito de opção para retorno imediato e relotação dos servidores que estão na AGU para o INSS. Intervenção da FENASPS na discussão da Carreira da AGU, que além de excluir os servidores do INSS da Carreira, ainda "fixa" novamente os servidores;
9. Que a FENASPS encaminhe para análise no próximo encontro do Jurídico, indicado para o dia 19/06, reivindicação relativa à ação judicial para que os servidores cedidos para outros órgãos tenham isonomia no valor recebido sobre GDASS;

10. Atualizar parecer existente na FENASPS e remeter aos estados orientação referente à situação dos servidores que se encontram em estágio probatório. Anexo;
11. Levantar a bandeira da Eleição para Chefias;
12. Que as entidades sindicais criem comissões preventivas e fiscalizadoras para casos de Assédio Moral e condições da Saúde do Trabalhador, exigindo que o governo reconheça a legalidade das mesmas;
13. Elaborar Cartilha, a ser encaminhada para a base, sobre Assédio Moral e Saúde do Trabalhador;
14. Campanhas Nacionais denunciando o Assédio Moral que sofrem os servidores da base do Seguro Social e as péssimas condições de trabalho;
15. Reconhecimento Administrativo imediato do Mandado de Injunção referente à insalubridade;
16. Construir uma política específica para atrair os Médicos Peritos para a nossa greve;
17. Que a FENASPS reapresente ao governo proposta de reestruturação dos cargos do Seguro Social fazendo o reenquadramento dos cargos em Técnicos e Analistas do Seguro Social, observado especificidades legais;
18. Que o serviço do 135 seja prestado pela Previdência Social através de servidores contratados mediante concurso publico;

6. DELIBERAÇÕES DO ENCONTRO NACIONAL DA FUNASA APROVADAS NA PLENÁRIA:

1. Que o Departamento Jurídico da FENASPS concretize a alteração do Decreto 4726/2003, observando atos posteriores que alteram o mesmo, afins de modificação do texto que definiu a nova estrutura do Ministério da Saúde determinando que as atividades de vigilância epidemiológica passassem a ser geridas pela Secretaria de Vigilância em Saúde e passe a ter nova redação determinando que as atividades da Vigilância Epidemiológica, dentro da nova estrutura do MS passem a serem geridas pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA;
2. Alterar texto que fala sobre a MISSÃO e COMPETÊNCIA da Fundação Nacional de Saúde, incluindo a atividade de vigilância epidemiológica, dando competência principalmente às atividades de Saneamento Básico, Saúde Indígena a Vigilância Epidemiológica;
3. Colocar na pauta o erro do Ministério da Saúde na aplicação do Acórdão nº. 668/2008 – TCU, que recomenda estudos no sentido de redistribuir para o MS àqueles servidores da Funasa ocupantes de "CARGOS PÚBLICOS" e não "SERVIDORES PÚBLICOS" com atribuições voltadas para atuação na área de vigilância epidemiológica.
4. Indicar grupo de servidores, ainda nesta semana, para encaminhar ao Congresso Nacional e lideranças políticas reivindicações da base da FUNASA, solicitando apoio e interferência dos mesmos para que o ministro receba a Federação em audiência já solicitada através de protocolo;
5. Criar material (jornal), com o histórico da atuação desde a antiga SUCAM e a FSESP, hoje FUNASA, no combate a endemias;
6. Contra a transferência de todos os servidores da FNS para o Ministério da Saúde (SVS) nos moldes que estão sendo colocadas pelo governo, juntamente com outras Confederações;
7. Que os servidores tenham garantida a opção no remanejamento para os órgãos, conforme garante a Constituição Federal;
8. Que os Sindicatos Estaduais indiquem os representantes para funcionamento do departamento da FUNASA na FENASPS;

9. Que a FENASPS convoque os Sindicatos Estaduais com representação dos trabalhadores da FUNASA para a atividade do dia 17 de junho e garanta um ato no Ministério da Saúde contra o desmonte da FUNASA e defesa das 30 horas;
10. Que a FENASPS participe do GT do Ministério da Saúde para contrapor as propostas de transferências feitas pela CONDSEF e acatadas pelo MS;
11. Que a FENASPS trabalhe no Congresso Nacional para construir uma CPI da FUNASA;
12. Que a FENASPS continue na luta para que todos os trabalhadores recebam a GACEN e elabore emendas com a Assessoria Jurídica para envio aos parlamentares;
13. Que os trabalhadores da FUNASA sejam envolvidos na luta pelas 30 horas;
14. Que a FENASPS proponha ato Nacional e Estadual no dia 17/06, contra o PL 92/07;
15. Mobilizar a categoria contra o PL 092/07 que institui as Fundações Estatais de Direito Privado no Serviço Público Federal;
16. Garantir o debate e o acompanhamento da *Saúde do trabalhador* aos servidores da FUNASA na FENASPS;

7. CALENDÁRIO DE MOBILIZAÇÃO E LUTA:

- **09 e 10/06** - Reuniões dos Grupos de Trabalho sobre Saúde do Trabalhador, Monitoramento e Comunicação e 40ª reunião da MNNP-SUS;
- **09/06** - Reunião Ampliada da CNESF;
- **09/06** - Dia Nacional de Luta com atividades nos estados contra o PLP 92/07;
- **16/06** - Deflagração da Greve por Tempo Indeterminado;
- **1706** - *Dia Nacional de Luta com caravanas do Seguro e Seguridade Social a Brasília na luta contra aprovação PLP 92/07.*

8. MOÇÕES:

- Elaborar moções de apoio e solidariedade aos diretores (as) Francismar Maiada F. Silva/RN e Maria Helena da Silva/MG pelas perseguições políticas sofridas devido atuações nas lutas em defesa da categoria
- Enviar Moção de apoio a todas as categorias em greve.
- Encaminhar moção de repúdio à Corregedoria quanto ao não esclarecimento e divulgação de ato que inocenta os servidores após a apuração dos processos administrativos disciplinares;

Em anexo

- Avaliação da assessoria jurídica - Lei de Greve
- Parecer jurídico (2003) da assessoria jurídica - Estágio Probatório (realizando adequações)

Brasília, 08 de junho de 2009.

**Secretaria de Organização
Comando de Mobilização**